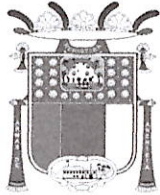


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2023. Às dezoito horas, do dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, sob a Presidência do Vereador Renan de Oliveira Delfino, que após ter declarado aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde verificou-se a presença de todos. Após ter sido aprovada a ata da sessão anterior, foi lido o material do expediente onde constava: 1) Indicações 264/2023, 265/2023, 266/2023 e 267/2023 de autoria do vereador Pablo Florentino; 2) Indicações 268/2023, 269/2023, 270/2023 e 271/2023 do vereador Renan Delfino; 3) Indicações 272/2023, 273/2023, 274/2023 e 275/2023 de autoria da vereadora Marcia Cypriano; 4) Indicações 276/2023 e 280/2023 de autoria do vereador Renato Lorencini; 5) Indicação 277/2023 da vereadora Terezinha Mezadri; 6) Indicações 278/2023 e 279/2023 do vereador Rodrigo Semedo; 7) Indicações 281/2023, 282/2023, 283/2023 e 284/2023 do vereador Nilton Cezar Simões Brandão; 8) Requerimentos 54/2023 e 55/2023 do vereador Pablo Florentino, aprovados pelo Plenário; 9) Requerimento 56/2023 do vereador Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 10) Requerimento 57/2023 da vereadora Marcia Cypriano em coautoria com os vereadores Pablo Florentino, Renan Delfino e Terezinha Mezadri, aprovado pelo Plenário; 11) Requerimento 58/2023 da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, solicitando a dispensa de interstício do Projeto de Lei Complementar nº 03/2023, aprovado pelo Plenário; 12) Requerimento 59/2023 da vereadora Terezinha Mezadri, aprovado pelo Plenário; 13) Requerimentos 60/2023 e 61/2023 (coautoria do vereador Pablo) do vereador Rodrigo Semedo, aprovados pelo Plenário; 14) Requerimento 62/2023 de autoria do vereador Robson Mattos dos Santos em coautoria com o vereador Pablo Florentino, aprovado pelo Plenário; 15) Moção nº 37/2023 de congratulações e aplausos à X Festa da Comitiva Santa Cruz, na pessoa do seu Presidente Sebastião Luiz Juriato, de autoria do vereador Rodrigo Semedo, aprovado pelo Plenário; 16) Proposta de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 02/2023 – Altera os incisos I e III do § 5º do artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, de autoria do Poder Executivo; 17) Requerimento nº 10/2023 da Sra. Maria Terezinha Estringer, solicitando o uso da tribuna livre para falar sobre “Saúde Pública” (não compareceu); 18) Prestação de contas nº 13/2023, referente ao termo de colaboração nº 32/2022 celebrado entre a Prefeitura Municipal e o MEPES, para manutenção da Escola Família Agrícola de Olivania, no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais); 19) Requerimento verbal ao Secretário Municipal de Governo, solicitando informações sobre o servidor José Marcos Guaitolini: Quais são as atividades desenvolvidas por ele, a quem está subordinado e como cumpre sua carga horária, de autoria da vereadora Marcia Cypriano, aprovado pelo Plenário; 20) Requerimento verbal ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Administração, solicitando informações de quais contratos da empresa Tecfort Construtora EIRELI estão vigentes, quais notas foram emitidas com seus respectivos empenhos, quem são os fiscais dos referidos contratos, qual modalidade de licitação foi utilizada e o nome do Pregoeiro ou Presidente da CPL à época da homologação e adjudicação da licitação, vez que até a presente data foi pago a empresa o valor de R\$ 7.320.984,11 (sete milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e oitenta e quatro reais e onze centavos), de autoria da vereadora Marcia Cypriano, aprovado pelo Plenário; 21) Moção verbal de

. 1

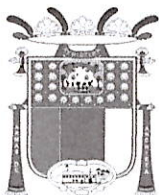


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

pesar pelo falecimento do Sr. Luciano Carlos de Oliveira Gomes, de autoria do vereador Pablo Florentino em coautoria com os vereadores Rodrigo Semedo, Terezinha Mezadri, Cleber Oliveira, Renato Lorencini, Sergio Luiz e Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 22) Moção verbal de pesar pelo falecimento da Sra. Auzelina Ferreira Servo, de autoria do vereador Pablo Florentino em coautoria com os vereadores Rodrigo Semedo, Terezinha Mezadri, Cleber Oliveira, Renato Lorencini, Sergio Luiz e Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 23) Emenda Modificativa verbal, apresentada pela vereadora Marcia Cypriano, ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2023, com a seguinte redação: "Art. 34-F, onde se lê: Será concedido por 12(doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, Leia-se: O benefício será concedido por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período ou enquanto houver a necessidade de prorrogação do benefício." Terminado a leitura do material de expediente, o Sr. Presidente concedeu a palavra por dez minutos ao Sr. Saulo, morador da comunidade de Iriri, tendo em vista o não comparecimento da Sra. Maria Terezinha. O Sr. Saulo, é filho do Sr. Calil Miguel, homenageado pela vereadora Tereza com o nome de uma Praça no Balneário, cujo Projeto (nº 75/2022) será votado na Ordem do Dia. Ele e sua família estiveram presentes à sessão para acompanhar a votação do Projeto e agradecer a vereadora Tereza pela homenagem. Em seguida, o Sr. Presidente passou à hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com o artigo 166, parágrafo 1º do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos dez minutos para o seu pronunciamento. Pela ordem, fez uso da palavra a vereadora Marcia Cypriano, que cumprimentou o público presente e os internautas, fazendo menção ao Sr. Saulo e Dona Edna e aos moradores da comunidade de Parati. Disse que teria apresentado uma indicação solicitando a construção de uma nova escola na comunidade de Parati, vez que a que lá existe vem trazendo problemas há tempos e agora, o forro de PVC do teto caiu, sorte não ter sido em período de aula. Pediu que, enquanto se espera pela construção de uma nova escola, o aluguel de um novo espaço fosse feito com a máxima urgência, ou que se proceda uma reforma digna que proteja os estudantes. Também comentou sobre seu requerimento pedindo informações sobre o processo de instalação das câmeras de videomonitoramento nas escolas, dizendo que não se pode esperar que novos ataques aconteçam. Disse que já tivemos um cenário difícil em todo Brasil e no Espírito Santo, na cidade de Aracruz, onde pessoas vieram a óbito por causa de ataques nas escolas. Ressaltou que já passou da hora das escolas terem vigilantes ou porteiros, mas que essa contratação ficará difícil porque a empresa terceirizada responsável por esse tipo de contratação no município teve recentemente seu contrato encerrado. Disse ter havido falta de planejamento, vez que se trata de salvaguardar as vidas de toda comunidade escolar, e que sente na pele porque também é professora. Ressaltou que aguardava a resposta, por parte da Secretaria de Educação, com a máxima urgência, mesmo porque o contrato com a empresa terceirizada teria acabado, mas a arrecadação do município continuava em torno de um milhão de reais por dia. Comentou que a empresa que teve seu contrato recentemente encerrado com o município dispensou todos os seus servidores, ou seja, várias pessoas ficaram desempregadas, mas a Casa teria aprovado no final do ano passado um projeto criando vários novos cargos no seu quadro de servidores, inclusive o cargo de assessor político para o gabinete do Prefeito, com salários que variam de seis a nove mil reais. Perguntou: quantos

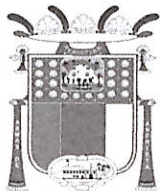
2



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

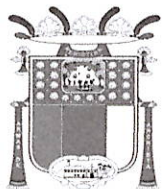
porteiros poderiam ser contratados com o dinheiro desses novos cargos que foram criados? Também comentou que esta semana teria sido pega de surpresa com um decreto datado de 22 de março, instituindo uma Comissão de Controle de Gastos Públicos e que a Secretaria de Assistência Social (SEMAS) teria emitido um bilhete dizendo que não haverão mais diárias e horas extras para os motoristas do Conselho Tutelar. Disse que o Conselho Tutelar está aí para resguardar a vida e os direitos das crianças e adolescentes, então, como ficaria para atender uma ocorrência na madrugada, por exemplo? Ressaltou que na sua indicação pede o aumento do valor da diária do motorista, vez que continua no valor sessenta reais desde 2014. Disse que seu pedido é para que se faça uma avaliação, pois nove anos sem reajuste o valor está obsoleto. Finalizou dizendo que o que acontece na saúde do município é muito triste e relatou que as pessoas que estão nas filas dos ESFs, principalmente o ESF1, pagam outras pessoas para ficarem nas filas de magrugada, para que tenham o direito de conseguir uma ficha. Disse que é deprimente o município ainda não ter feito um sistema de agendamento eletrônico para que as consultas aconteçam de forma humana. Ressaltou que o que falta no município é a humanização da saúde e que seu sentimento era de tristeza por não haver uma gestão decente. Em seguida, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, verador Pablo Florentino, que após cumprimentar o público presente e os internautas disse que a comunidade de Parati não estava desassistida e que estaria cobrando do Executivo todas as demandas passadas pela comunidade. Disse que a comunidade poderia contar sempre com o apoio dos vereadores e, em seguida, citou suas indicações: solicitando à secretaria de educação simulações de emergência com profissionais qualificados, como forma de ensinar aos alunos medidas preventivas diante de situação de risco; solicitando à infraestrutura a limpeza dos bueiros da Praça São Pedro, vez que as ruas e residências inundam em períodos de chuva. Ressaltou que no local as manilhas são pequenas e por isso deveriam ser substituídas por galerias; solicitando a reforma geral da Casa do Cidadão que se encontra em péssimo estado de conservação. Disse que são vários os locais no município que necessitam de reforma. Em aparte, disse a vereadora Marcia que teria estado nas escolas de Pongal e Parati e visto a quantidade de baldes que são espalhados pela escola para conter os vazamentos nos dias de chuva. Continuando, disse o vereador Pablo que esta semana estaria andando com o secretário de infraestrutura e, desta forma, poderia estar passando, de perto, as demandas para ele. Citou sua indicação à secretaria de meio ambiente solicitando o reflorestamento com árvores nativas nas praias da Boca da Baleia e Porto Velho, tendo em vista o desmatamento que tem ocorrido por lá. Finalizou se colocando à disposição da comunidade de Parati. Logo após, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Robson Mattos dos Santos, que cumprimentou o público presente, em especial os moradores da comunidade de Parati, mencionando o incidente ocorrido no último final de semana. Disse que na próxima semana, no dia 03 de maio, haverá uma reunião com a Secretária Municipal de Educação e Gerencia Municipal de Segurança, a convite da Comissão de Infraestrutura da Casa e aberta a todos que queiram participar, para tratar sobre a segurança nas escolas, visto que é uma grande preocupação, especialmente devido aos últimos acontecimentos. Disse que a reunião estava marcada para o último dia 19, mas devido a compromissos da Secretária, teria sido remarcada para o dia 03 de maio.



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

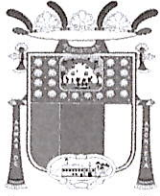
Disse que depois de todo acontecido na escola de Parati, teria estado com o Secretário de Infraestrutura, Fabiano Mezadri, e pedido para que ele fizesse uma avaliação, porque, nada mais justo que um técnico estar no local e fazer uma avaliação para saber se cabe reforma ou demolição do imóvel. Disse que a comunidade está preocupada com a questão, assim como o Legislativo Municipal, mas que entendia que o momento requer a avaliação de um profissional qualificado. Também falou a respeito do ticket alimentação dos funcionários do Hospital local, dizendo que a instituição merece nossa atenção, nosso apoio e sobretudo o nosso olhar. Disse ter recebido mensagens e ligações de alguns profissionais e que sabe que lá trabalham pessoas que ganham pouco mais de um salário mínimo e recebem um ticket alimentação no valor de pouco mais de trezentos reais que, ainda, está em atraso. Diante disto, disse que teria feito uma visita a instituição e conversado com sua Diretora Administrativa, onde foi confirmado que o ticket está atrasado já a dezoito dias, e que esta não é a primeira vez. Disse que, segundo a Diretora, há um dinheiro que está para ser liberado, por parte da Prefeitura, após uma auditoria do município, e ela espera que o dinheiro chegue até a próxima sexta-feira, quando estará fazendo o pagamento do ticket a cada trabalhador daquele hospital. Ressaltou que a situação é preocupante, porque, para quem ganha oito, dez mil reais, trezentos reais não faz diferença, mas para quem ganha mil, mil e quinhentos reais, trezentos reais faz muita diferença. Ressaltou que não se pode deixar que a situação se torne prática, vez que não é a primeira vez que ocorre esse atraso e que a instituição teria ficado de vir nesta Casa fazer uma apresentação para os vereadores, pois ela sempre foi parceira do hospital. Disse ter lembrado á diretora quantas vezes a Câmara devolveu dinheiro ao município para que ele repassasse ao hospital. Também falou das pessoas que contribuíram com o município, dizendo que no ano passado a Casa teria aprovado um Projeto, de iniciativa do Governo Municipal, que após sancionado se tornou a Lei Complementar 122/2022, cujo texto dizia o seguinte: “a partir da sanção da Lei, as pessoas que aposentassem teriam até 60 (sessenta) dias para receber todo retroativo que o município devia e deve a essas pessoas.” Relatou que, preocupado com aqueles que já estavam aposentados mas tinham dinheiro a receber, teria apresentado uma emenda incluindo na Lei que o município contemplasse essas pessoas e apresentasse um cronograma dizendo quando elas receberiam. Disse que o cronograma ainda não chegou e que as pessoas que aposentaram, após a vigência da Lei Complementar 122/2022, que totalizam 11 pessoas, ainda não receberam, então, que existe uma preocupação em relação a isso. Relatou ainda que, em apuração, teria ficado sabendo que o valor gira em torno de pouco mais de duzentos mil reais, portanto, o município tem condições de pagar a essas pessoas que se aposentaram sabendo que o município iria paga-las. Disse que diante disso, apresentou requerimento para saber quando essas pessoas, que tanto lutaram pelo município, receberão esse dinheiro, que faz muita falta. Finalizou se colocando à disposição da comunidade de parati e dizendo que estaria acompanhando as futuras ações da comunidade. Em seguida, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Renato Lorencini que cumprimentou o público presente fazendo menção à família do Sr. Calil Miguel, esposa e filho, dizendo ter vivenciado com ele o amor que ele tinha e que a família tem pelo Balneário de Iriri. Parabenizou a vereadora Tereza pelo projeto e agradeceu a família por emprestar o nome do Sr. Calil, um cidadão de bem que ajudou o



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

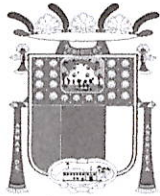
desenvolvimento do município fazendo, com certeza, uma homenagem merecida. Também cumprimentou a imprensa através de Gutemberg, Silvinho da Associação de Moradores de Mãembá, Russo, liderança da comunidade de Ubu e, em especial, os moradores da comunidade de Parati, que se encontrava presente para reivindicar seus direitos, o que é salutar. Disse que a comunidade teria elegido uma comissão para conversar com o município e que já teriam estado com o Prefeito, Secretário e com o setor jurídico da prefeitura. Disse que um novo local já teria sido apontado, enquanto não se decide o futuro do prédio atual e que a Prefeitura estaria fazendo a avaliação do imóvel. Ressaltou que, conforme dito pelo vereador Robinho, com diálogo se consegue avançar nas pautas, que esses incidentes assustam a comunidade, porém, que é preciso responsabilidade para não atrapalhar a aprendizagem das crianças. Disse que problemas a gente sempre tem, mas que é preciso apontar a solução, portanto, parabenizou a comunidade de Parati pela Comissão e por estar conversando e tratando do assunto, que em breve as crianças teriam um local seguro e a comunidade, decidiria junto com o município o futuro da escola e de tudo que está sendo reivindicado. Disse que quando esteve na comunidade, por ocasião do gabinete itinerante, a comunidade já teria falado a respeito da escola, que ele já teria cobrado do Executivo e que hoje teria feito indicação para que o município estude o que será melhor para o prédio, depois de uma avaliação que tem que ser feita por técnicos da área. Agradeceu a comunidade por estarem presentes, participarem e cobrarem, pois é isso que é cidadania, isso que é política e é isso que deve ser feito todas as vezes que os nossos direitos forem abalados. Também comentou sobre sua indicação dizendo que estamos às vésperas da colheita do café em que o município, além de ter as pessoas que já trabalham na agricultura, recebe gente que vem trabalhar para colher o café, portanto, existe a preocupação de solicitar a Polícia Militar e a Guarda Municipal, vez que já existe o projeto da Patrulha Rural, a estarem mais presentes nas comunidades, vez que há maior circulação de dinheiro. Ressaltou que é preciso levar maior segurança aos agricultores e finalizou cumprimentando a Sra. Edna Serrão, uma entusiasta e amante do Balneário de Iriri. Convidou todos a participarem das sessões da Casa, que é um lugar para discutir, dialogar e levar as demandas ao Executivo para, da melhor forma, achar uma solução. Em seguida, o Sr. Presidente passou a presidência ao vereador Pablo Florentino, para que pudesse fazer uso da Tribuna. O vereador Renan cumprimentou o público presente, os internautas e fez menção especial aos moradores da comunidade de Parati. Disse ter recebido vídeos e fotos do ocorrido na Escola Esther Soares, na comunidade de Parati e que teria ficado muito assustado, vez que também é pai e, portanto, se solidarizava com preocupação dos seus moradores. Disse ter acionado as Secretarias de Educação e Infraestrutura, que estiveram no local e fizeram uma espécie de compromisso com a comunidade, porém, que também já havia recebido algumas mensagens de que o compromisso já não estaria sendo cumprido conforme combinado. Então, se comprometeu de estar indo novamente às Secretarias, cobrar respostas e ações, visto que foi feita a interdição do espaço, mas seus funcionários ainda estão tendo acesso à escola. Ressaltou que, se o espaço está interditado, é para todos, que o profissional não pode ficar exposto e que esse não é o momento para lóbis, mas para ações e resoluções. Disse que é dever do vereador, enquanto representante eleito pelo povo, defender a população, portanto, não se calaria diante



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

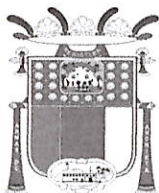
de uma situação dessas. Ressaltou a importância da harmonia entre os poderes, mas que não aceitaria arrogância, piadinhas e chacotas sobre o seu trabalho. Relatou que, orientado pelo setor jurídico da Casa, entraria com representação no Ministério Público, porém, como os Secretários deram sua palavra de que o local seria fechado e, de imediato, achariam um espaço para as crianças estudarem, voltou atrás. Deixou claro que o fato de alguns funcionários terem acesso a escola estaria errado, então, que acionaria o Ministério Público, vez que a comunidade paga seus impostos, portanto, não se pode aceitar que a situação se estenda por mais tempo. Disse ter certeza de que as Secretarias de Educação e Infraestrutura estariam muito preocupadas com a situação e que o Executivo estaria arrumando um jeito de resolver a situação, vez que são pessoas de bem que tem suas responsabilidades, mas que a comunidade precisava de uma resposta urgente. Finalizou se colocando a disposição da comunidade e dizendo que estaria voltaria amanhã à comunidade, pois não deixaria que esse “embrólio” se perpetuasse por mais tempo, mas que fosse resolvido o quanto antes. Em seguida, não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente passou para Ordem do Dia solicitando que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, para efeito de quórum. Havendo número legal, foi feita a leitura dos projetos constantes da Ordem do Dia, a saber: **Projetos em 2ª discussão: Projeto de Lei nº 15/2023** – Dispõe sobre denominação e rua no Balneário de Iriri (Rua Theodomiro Pereira dos Santos) de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; **Projeto de Lei nº 16/2023** – Dispõe sobre denominação e rua no Balneário de Iriri (Rua Bela Vista) de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; **Projeto de Lei nº 21/2023** – Altera a Lei 973/2014 que dispõe sobre a Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, de autoria do vereador Renato Lorencini; **Projetos em Votação: Projeto de Lei nº 75/2022** – Dispõe sobre denominação de Praça Pública no balneário de Iriri e dá outras providencias (Praça Calil Miguel), de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; **Projeto de Lei Complementar nº 03/2023** – Acrescenta artigos à Lei Complementar Municipal nº 27/2012, de autoria do Poder Executivo, com uma Emenda Modificativa proposta pelos veradores Marcia Cypriano e Edson Vando Souza e uma Emenda verbal Modificativa, apresentada pela vereadora Marcia Cypriano. Usou da palavra a vereadora Marcia Cypriano e solicitou a retificação de sua Emenda, anteriormente proposta de forma verbal, apresentando um novo texto, o qual transcrevo: “Emenda Aditiva – Incluindo o § 4º. ao Art. 34-F, com a seguinte redação – Encerrado o prazo de prorrogação, a parte interessada poderá realizar novo pedido administrativo mediante comprovação através de nova manifestação de perícia médica oficial”. O Sr. Presidente submeteu os projetos à discussão do Plenário franqueando a palavra aos senhores vereadores. Usou da palavra o vereador Serginho e disse que sua preocupação estaria na Emenda proposta pelos veradores Edson Vando e Marcia Cypriano, que amplia o benefício, pois se apresenta de forma inconstitucional, uma vez que o projeto trata de matéria destinada a servidor público, que é exclusiva do Poder Executivo. Disse que sua preocupação estaria na emenda anular todo processo e o que realmente a Lei quer dar, em termos de benefício. Ressaltou que os servidores DT’s, como o próprio nome diz, são por Designação Temporária, ou seja, já existe uma especificação própria e são as pessoas interessadas no cargo é que devem estar aptas ou se adequarem ao processo seletivo. Disse que o DT é uma forma de se complementar o quadro de profissionais, então, os interessados já



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

conhecem a necessidade do município, na questão de horário, e a redução de carga horária já vem sendo feita, justamente para as pessoas acompanharem, tanto os cargos efetivos como os comissionados. Ressaltou que hoje a parte que mais procura são os profissionais que tem filhos autistas e que a Lei Federal já abarca a questão, portanto, a Prefeitura só estaria fazendo uma adaptação ao Estatuto do Servidor. Disse que quando se trata de pessoas com neoplasia, também já existe no Estatuto uma parte destinada ao assunto, que são as licenças, portanto, o projeto trata de uma redução de carga horária justamente para a mãe, ou responsável, acompanhar melhor o filho nas consultas e nos procedimentos que estejam realizando. Disse que se preocupava com a Emenda, por mais que ela seja importante, porque ela é inconstitucional, uma vez que a matéria é de competência exclusiva do Executivo e também por receio de perder o objeto, vez que já existem servidores que precisam utilizar dessa redução de carga horária. Sugeriu que o projeto fosse votado da forma que se encontra e posteriormente buscassem uma conversa com o Executivo para tentar resolver a questão desses outros servidores. Ressaltou que a intenção é não trazer prejuízos para as pessoas que já estão esperando o acesso a esta Lei. Em seguida, não havendo mais nenhuma manifestação por parte do Plenário, o Sr. Presidente submeteu a Emenda Modificativa, apresentada pelos vereadores Marcia Cypriano e Edson Vando, à votação e ela foi rejeitada com 06 (seis) votos contrários dos vereadores: Nilton Cezar, Rodrigo Semedo, Cleber Oliveira, Renato Lorencini e Sergio Luiz e 04 (quatro) votos favoráveis dos vereadores: Marcia Cypriano, Edson Vando, Pablo Florentino e Robson Mattos. A vereadora Marcia justificou seu voto dizendo que o motivo da apresentação da Emenda seria porque o projeto diz que a redução da carga horária será concedida ao servidor estatutário, ou seja, aquele que é efetivo, então, a emenda estaria abrangendo o servidor em designação temporária e os comissionados. Disse que há anos não tem concurso público e que o comissionado quase não tem direitos, até seu ticket alimentação é menor que o do estatutário. Ressaltou que a emenda seria para garantir direitos aos que são contratadas, não por meio de concurso público, até porque não há previsão de realização de concurso público no município. Também justificou seu voto, o vereador Nilton Cezar, dizendo que diante da explanação feita pelo vereador Serginho ficava temeroso de votar favorável à emenda e prejudicar o Projeto, devido a sua inconstitucionalidade, então, deixou claro que não estaria votando contra o servidor, muito pelo contrário, votaria contra por uma questão de precaução. Em seguida, o vereador Rodrigo justificou seu voto dizendo que o projeto teria sido criado no seu gabinete, porém, quando foi para análise da Comissão foi arquivado, visto que se trata de matéria exclusiva do Executivo. Justificou seu voto contrário à emenda para que não houvesse problema maior, em relação a redução da carga horária, e não se pedesse todo projeto e todo trabalho iniciado no ano passado. A vereadora Terezinha Mezadri também justificou seu voto dizendo que, mesmo tendo sido favorável à dispensa de interstício, achava que o projeto tinha que ser melhor discutido com os pais, mães e servidores, portanto, que o projeto tinha que ser retirado de pauta. Disse que a dúvida quanto a constitucionalidade da emenda havia sido levantada pelo setor jurídico da Casa, por isso, solicitou a retirada de assinatura da emenda, mas hoje ela continua no projeto para ser votada. Disse que não poderia votar favorável à emenda porque, segundo orientação jurídica, ela é inconstitucional e com isso, todo processo poderia ser

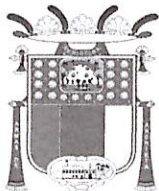


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

anulado, mas que nada impedia o Poder Executivo de encaminhar posteriormente um novo projeto para Câmara incluindo os DT's e outros profissionais. O vereador Edson Vando também justificou seu voto dizendo que daqui a pouco as pessoas pensariam que quem assinou a emenda são analfabetas. Disse que segundo as justificativas apresentadas, pode ser que a emenda seja inconstitucional. Pode ser? Se for inconstitucional o Prefeito irá vetar de forma total ou parcial. O vereador Renato usou da palavra e disse que é preciso sim justificar o voto, tecnicamente ou politicamente. Disse que o STF já pacificou a matéria, portanto, já é decisão do STF que todo servidor efetivo tenha direito a redução de carga horária, portanto, a Casa só estaria fazendo uma adequação à Lei Federal e qualquer coisa além disso poderia significar a anulação de todo processo. Sugeriu que o projeto fosse votado na íntegra e posteriormente fosse discutido, mesmo porque, os outros problemas relacionados ao servidor estariam previstos no Estatuto do Servidor. Ressaltou que o servidor tem direito a licença remunerada e não somente redução de carga horária, portanto, o que estariam fazendo era uma adequação à Lei Federal. Disse que não poderiam ser os responsáveis por invalidar um projeto, vez que quem precisar da Lei não poderá ser atendido e que era preciso resolver um problema de cada vez. O vereador Serginho também justificou seu voto dizendo que se a carga horária do DT for diminuída será preciso contratar mais DT's, então, sugeriu que o Executivo fizesse um estudo da questão no processo seletivo. Disse que quando o vereador Rodrigo apresentou o Projeto ele era basicamente esse, com pouquíssimas modificações, e que o projeto seria fruto de um diálogo dos funcionários com o Executivo. O vereador Robinho justificou seu voto dizendo que falava com conhecimento de causa, uma vez que também teria sido DT por muitos anos, portanto, sabia das dificuldades de ser DT, que é chamado "Depois de Todos". Louvou e parabenizou os colegas pela iniciativa de inserção da emenda no projeto, porque seria o momento de discutir, rever e colocar esses profissionais, que as vezes, não tem vez. Disse que muitas vezes esses profissionais são maltratados e deixados de lado, por isso é preciso inseri-los. Logo após, usou da palavra a vereadora Marcia e disse que também é professora DT, portanto, falava com empatia e isonomia. Disse que se tiver que haver alguma adequação na Lei ela poderia ser feita depois, mas que a emenda poderia sim ter sido aprovada. Disse ainda que o servidor por designação temporária não é convidado a trabalhar no município, ele passa por um processo seletivo árduo em que tem que apresentar todas as suas capacitações e graduações, o que não é fácil, portanto, também deveria ter os benefícios. Em seguida, o Sr. Presidente explanou que o projeto teria sido pautado para segunda discussão, porém, a Comissão, muito preocupada, teria feito o requerimento de dispensa de interstício, o que é perfeitamente plausível. Disse que o Plenário entendeu que seria importante votar o projeto hoje, por isso aprovou o pedido de dispensa, portanto, não tinha como retirá-lo de pauta. Em seguida, submeteu a votação do Plenário a Emenda Aditiva proposta de forma verbal pela vereadora Marcia Cypriano e a mesma foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou à votação do Projeto de Lei nº 075/2022 e ele também foi aprovado por unanimidade. O vereador Edson Vando usou da palavra e disse que se sentia feliz em votar no projeto que leva o nome de uma pessoa que teve a felicidade de conhecer. O vereador Robinho também usou da palavra e parabenizou a vereadora Tereza, pela iniciativa, e a família pela homenagem. O vereador

8



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO


Serginho também parabenizou a vereadora Tereza, pela iniciativa, aos familiares pela homenagem e disse que o loteamento São Miguel também foi criado pelo Sr. Calil, que era uma pessoa muito atenciosa que falava do orgulho que tinha de contribuir com o crescimento e organização do município. O vereador Cleber também parabenizou a vereadora e os familiares do homenageado. A vereadora Marcia disse que por tudo que foi explanado e pelo merecimento, votou favorável ao projeto. A vereadora Tereza agradeceu aos colegas pelo apoio e disse que foi com muita hora e carinho que deu o nome a Praça de Iriri, um local lindo e nobre, à altura do amado Sr. Calil. Também agradeceu a Sra. Edna Serrão pela sugestão do nome, que teria vindo de encontro a sua intenção. Disse que o casal, Sr. Calil e Dona Valda, são pessoas maravilhosas, que dividiam o voto da família com os candidatos que tinham apreço, atendiam todos com muita educação e honestidade. Disse que o Sr. Calil não teria feito benefícios somente para Anchieta e Iriri, mas também teria sido responsável pelo nome dado a Ilha dos Cabritos em Piúma, pois teria levado um casal de cabritos à ilha e ali eles procriaram e a ilha ficou conhecida como Ilha dos Cabritos. Em seguida, o vereador Edson Vando solicitou a prorrogação da sessão por mais quinze minutos para conclusão dos trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade do Plenário. A vereadora Tereza prestou uma homenagem à família do Sr. Calil, todos pousaram para uma foto oficial e não havendo mais nada a se tratar, foi declarada encerrada a presente sessão, convidando todos para a próxima. E, para constar, eu Fabíola S. Costa, Servidora Efetiva deste Poder Legislativo, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e pelos demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.



RENAN DE OLIVEIRA DELFINO
Presidente



PABLO FLORENTINO PEREIRA
Vice-presidente



ÂNGELA MARCIA CYPRIANO ASSAD
Secretária